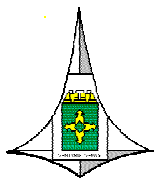




Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento Governamental

Instruções para Monitoramento e Avaliação do
Plano Plurianual - PPA 2012/2015
- Ano Base 2014 -

- 2015 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Rollemberg

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Renato Santana da Silva

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

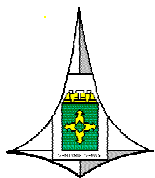
Leany Lemos

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Renato Jorge Brown Ribeiro

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

SUMÁRIO

Instruções para Avaliação do Plano Plurianual.....	03
1. Apresentação	03
2. Conceitos Básicos	04
2.1 Planejamento	04
2.2 Planejar	04
2.3 Monitoramento	04
2.4 Avaliação	05
3. Cronograma da Avaliação do PPA.....	05
4. Instruções Específicas para Avaliação do PPA.....	05
4.1 Avaliação do Objetivo Específico.....	06
4.2 Avaliação das Metas Alcançadas até 2013	07
4.3 Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores.....	07
4.4 Considerações Gerais	08
5. Estrutura da Avaliação a ser seguida pelas unidades responsáveis por Objetivos Específicos e seus Atributos	09
6. Encaminhamentos.....	13
7. Análise das informações pela SUPLAN.....	13
8. Informações Complementares.....	13
8.1 Fundamentação Legal.....	13
8.2 Tabelas	14

Instruções para Avaliação do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 (Ano Base 2014)

1. Apresentação

À Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, compete coordenar o processo de Avaliação Anual do Plano Plurianual - PPA, o qual é realizado por meio da Subsecretaria de Planejamento Governamental - SUPLAN em conjunto com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal que possuem objetivos específicos sob sua responsabilidade. O relatório final de avaliação, referente ao ano de 2014, será encaminhado à Câmara Legislativa até o dia 19 de junho deste exercício.

A previsão e alguns requisitos para a Avaliação do PPA – 2012-2015 constam dos artigos 8º, 9º e 10º da Lei nº 4.742, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal - PPA para o quadriênio 2012-2015, alterada pelas Leis nº 5.023/2013, de 04/02/2013; nº 5.285 de 27/12/2013, 5.406 de 08/10/2014 e 5.440 de 30/12/2014.

A Avaliação constitui-se em uma fase fundamental do ciclo de planejamento, com a finalidade de otimizar a obtenção dos resultados previstos nos Programas, por meio da melhoria da gestão e da alocação dos recursos no PPA e nos Orçamentos Anuais.

Nesse sentido, a Avaliação pode ser traduzida em três objetivos:

- Proporcionar maior transparência às ações de governo, fornecendo informações sobre o desempenho dos programas e servindo assim, como meio de prestação de contas à sociedade;
- Buscar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano, visando melhorar seus resultados e otimizar o uso dos recursos públicos e a implementação das políticas públicas de governo.
- Gerar subsídios para que os gestores possam tomar decisões acerca das políticas públicas sob sua responsabilidade, nos diferentes níveis da administração, melhorando a qualidade das decisões relacionadas ao planejamento e à execução da ação governamental;

A Avaliação para ser eficiente deve ser vista pelos gestores públicos como ferramenta essencial para o aperfeiçoamento de políticas e programas no âmbito da administração pública. Sendo assim, há que ser entendida como um processo de aprendizagem e ser sustentada pelo desenvolvimento de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo.

A avaliação constitui uma oportunidade ímpar de promover discussões entre todos os envolvidos na implementação dos programas de governo para a construção coletiva das soluções; cria uma cultura de aprendizagem e disseminação de conhecimentos sobre os resultados alcançados pelos objetivos específicos, metas e indicadores, buscando a satisfação do público-alvo.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão entendendo que tão importante quanto à execução de determinada política pública é o constante aprimoramento dos instrumentos governamentais de planejamento previstos constitucionalmente vem a cada ano buscando aperfeiçoá-los.

Dessa forma, a SUPLAN/SEPLAG, além de envidar esforços no sentido de capacitar os servidores que atuam na elaboração e execução destes instrumentos, reformulou o PPA para o período 2012-2015 e desenvolveu mecanismos de avaliação do Plano. Nessa direção foram elaboradas estas instruções contendo orientações gerais para a Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, relativo ao exercício de 2014.

A SUPLAN/SEPLAG objetiva com estas instruções fornecer informações aos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal visando orientar a Análise e Avaliação dos Objetivos Específicos sob sua responsabilidade.

2. Conceitos Básicos

2.1. Planejamento

O planejamento pode ser entendido como a escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter no futuro algo desejado no presente. É uma atividade que orienta possibilidades, arranjos institucionais e políticos. (MPOG/2013)

2.2. Planejar

Planejar é um processo, enquanto o plano é um registro momentâneo deste processo e o planejador é seu facilitador. (MPOG/2013)

2.3. Monitoramento

É aprendizado organizacional, é uma atividade que permite ter uma ideia de como as coisas estão andando.

É a observação contínua de informações úteis, confiáveis e em tempo hábil para a correção de rumos. (MPOG/2013)

Monitorar é também dar um retorno sobre o andamento do projeto aos seus colaboradores, implementadores e beneficiários. Isso permite que todos saibam o quão bem estão atingindo seus objetivos e, caso contrário, possam conhecer os motivos e sugerir mecanismos para o sucesso dos empreendimentos. (MPOG/2013)

2.4. Avaliação

É a investigação profunda de uma determinada intervenção e serve para questionarmos escolhas de objetivos e estratégias para alcançá-los.

A avaliação envolve análise de informações obtidas por meio de monitoramento. (MPOG/2013).

3. Cronograma da Avaliação do PPA

DESCRIÇÃO	PRAZO DE ENTREGA
<p>➤ 1ª Etapa (Inciso I, Art. 8º ao 10º da Lei do PPA): Demonstrativo por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.</p>	
<p>SEPLAN: Encaminhará à CLDF o Demonstrativo do Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Governo extraído do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, com dados até 31/12/2014.</p> <p>(Etapa concluída)</p>	15/04/2015
<p>➤ 2ª Etapa: (Inciso II, Art. 8º, Parágrafo Único da Lei do PPA): Avaliação dos objetivos específicos e um demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto.</p>	
<p>Responsabilidade das Unidades:</p> <ul style="list-style-type: none">- Atualização dos índices dos indicadores (somente as unidades que possuem indicadores no PPA 2012-2015). Etapa concluída por ocasião da Prestação de Contas do Governador. Para as unidades que apuraram os índices parcialmente ou necessitam de ajustes, excepcionalmente, os novos índices alcançados poderão constar em tabela separada da tabela inicial. OBS: Ver orientações no item 4.3 destas instruções.- Avaliação dos objetivos específicos e seus atributos (metas e indicadores) de acordo com estas instruções.- Entrega do Relatório de Avaliação com dados fechados até 31/12/2014 da seguinte forma: uma via impressa, por meio de ofício, e outra em meio eletrônico (no formato word, .doc ou .docx) para a Subsecretaria de Planejamento Governamental - SUPLAN/SEPLAN (ETAPA ATUAL);	15/05/2015
<p>Responsabilidade da SEPLAN:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise dos Relatórios de avaliação de todas as unidades.- Elaboração do Relatório de Avaliação do PPA do GDF e encaminhamento à CLDF.	19/06/2015

4. Instruções Específicas para Avaliação do PPA

A Análise dos Objetivos Específicos e seus atributos tem a finalidade de identificar os resultados alcançados e propor recomendações de aperfeiçoamento. Portanto, é de fundamental importância a qualidade das informações prestadas, de forma que possa conduzir a um entendimento claro e objetivo do desenvolvimento dos Programas Temáticos e, conseqüentemente, das Políticas Públicas.

A Subsecretaria de Planejamento Governamental procederá à análise detalhada das informações apresentadas pelos Órgãos e Entidades do GDF e elaborará o Relatório de Avaliação

de Desempenho do Plano Plurianual 2012-2015 – 2ª Etapa 2014. Esse procedimento visa conferir maior consistência ao processo de avaliação considerando-se a necessidade de identificar a concretização das diretrizes do planejamento estratégico de governo e das realizações previstas nos Programas Temáticos e seus Objetivos Específicos e nas Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias.

A SUPLAN encaminhará às Unidades, por e-mail, estrutura prévia com os Objetivos, Metas e Indicadores sob sua responsabilidade para análise e preenchimento, conforme orientações a seguir.

Alerta-se que esta estrutura está no formato do Relatório de Avaliação de Desempenho do Plano Plurianual 2012-2015 a ser apresentado à CLDF e, desta forma, **NÃO poderá sofrer nenhuma alteração na sua formatação.**

4.1. Avaliação do Objetivo Específico

A unidade deve considerar o que foi abordado no Objetivo Específico à época da elaboração do PPA e elaborar texto discorrendo sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto.

O texto a ser elaborado deve conter uma Avaliação do Objetivo Específico descrevendo sucintamente as **principais realizações de 2014**, os fatores que contribuíram e aqueles que dificultaram o alcance do objetivo, a previsão de realização para 2015, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes. Para as informações acerca do Objetivo Específico deverão ser considerados: o conjunto de ações vinculadas (orçamentárias e não orçamentárias) e as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo (Ex.: PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, PSF – Programa Saúde da Família).

É importante identificar também, sempre que possível, o público alvo beneficiado; a conexão com outras políticas públicas; os resultados da política pública (parciais ou definitivos, especialmente para as unidades responsáveis pela política); as entregas agregadas e outras informações julgadas relevantes como, por exemplo: citação de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; melhorias verificadas e outros ganhos de gestão (Texto limitado a 50 linhas).

IMPORTANTE! No caso de Objetivo Específico de responsabilidade de mais de uma U.O, a análise também deve ser realizada em conjunto, com a contribuição e aprovação de todas as partes envolvidas, devendo ser apresentado à SUPLAN **um texto único**.

Caso haja contribuição de outra Unidade para o alcance do Objetivo, a Unidade responsável deve entrar em contato com aquela para obter as informações necessárias.

A relação com os Objetivos Específicos e a Unidade responsável consta ao final destas Instruções, item 8.2, nas Tabelas 1 e 2, podendo ser consultada por Programa Temático ou por Unidade.

4.2. Avaliação das Metas alcançadas até 2014

A unidade deve elaborar texto conciso, claro e objetivo contendo a descrição das principais realizações em relação ao proposto, as expectativas para o próximo período, os desafios de implementação e/ou outras informações relevantes. Os resultados devem ser acumulados de 2012 a 2014.

A estrutura será enviada com o texto da avaliação da meta dos anos anteriores (2012 a 2013). A unidade pode usar este texto como base para agregar/somar o que foi alcançado em 2014 ou redigi-lo totalmente, de modo que ao final do PPA, em 2015, seja possível visualizar a meta alcançada ao longo do período.

No caso de meta quantificável, deve ser informada a quantidade alcançada e a data de apuração da meta acumulada de 2012 a 2014, ou seja, até 31/12/2014 (campo limitado a 15 linhas por meta).

IMPORTANTE! No caso das metas vinculadas a objetivo sob responsabilidade de mais de uma Unidade, a avaliação da meta deve ser elaborada pela Unidade responsável pelo seu atingimento. Caso seja de responsabilidade de ambas, a análise deve ser efetuada em conjunto, com a contribuição e aprovação de todas as partes envolvidas, devendo ser encaminhado à SUPLAN um texto único.

4.3. Apuração dos Índices alcançados pelos indicadores

Os índices alcançados em 2014 e as respectivas justificativas foram apurados pelas Unidades na ocasião da Prestação de Contas Anual do Governador, no sistema SIGGO e constam da estrutura da Avaliação com o título “Indicadores”. **Este quadro não deve sofrer nenhuma alteração.**

Algumas UOs fizeram o ajuste de alguns índices referentes a 2013, por ocasião da Avaliação do PPA. Este ajuste consta na estrutura da Avaliação com o título “Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA/2013”. **Este quadro também não deve sofrer nenhuma alteração.**

Se os índices e as justificativas referentes a 2014 estiverem corretos, a Unidade deve deixar o item com as informações enviadas, sem modificações.

Caso haja necessidade de atualização/ ajuste de algum índice alcançado em 2014, a Unidade Orçamentária deve manter o quadro e as justificativas apresentadas na estrutura enviada pela SUPLAN e apresentar a nova informação no quadro em branco inserido no item com o título “Indicadores atualizados na Avaliação do PPA/2014”.

A Unidade deve copiar os dados do indicador que sofrerá ajuste, alterando somente **índice alcançado em 2014 e a justificativa. O Sistema SIGGO não será disponibilizado para atualizações.**

A consulta a todos os Indicadores pode ser efetuada no SIGGO, módulo PPA, Gerencial, Indicadores de Desempenho por Programa de Governo. A Unidade deve selecionar o PPA 2012-2015, o programa e ano desejado, fase 2 e clicar em Imprimir.

4.4. Considerações Gerais

Os servidores designados em conjunto com a equipe que participa da implementação do programa procederão à análise dos objetivos específicos, metas e indicadores sob a responsabilidade de sua unidade, de forma a possibilitar uma visão do alcance ou não dos objetivos específicos.

Todas as informações solicitadas deverão ser respondidas e acompanhadas das respectivas justificativas/ propostas.

As informações deverão ser compatíveis com os instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho – SAG – 6º bimestre fechado e Relatório de Atividades). Ressalta-se que a abordagem deve ser mais **abrangente** e mais **estratégica** que a apresentada nos relatórios mencionados anteriormente.

Para subsidiar a elaboração do relatório poderão ser utilizados ainda os demonstrativos do Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC (mês de dezembro fechado), e os relatórios abaixo relacionados disponíveis no site desta Secretaria, www.seplag.df.gov.br, Planejamento e Orçamento, Planejamento Governamental:

- Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho, extraído do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG referente ao 6º bimestre de 2014 (item Acompanhamento Governamental);

- Relatório de Atividades/2014 (item Prestação de Contas do Governador).

Durante a avaliação do PPA, caso seja identificada a necessidade de alteração de algum atributo do PPA da unidade, aprovado em Lei, **a proposta de Revisão, devidamente fundamentada, deverá ser encaminhada à SUPLAN por meio de ofício, até o dia 30/06/2015.** Essa proposta será analisada e poderá constar de Projeto de Lei a ser encaminhado à CLDF. As alterações solicitadas terão reflexos apenas em 2015.

5. Estrutura da Avaliação a ser seguida pelas Unidades responsáveis por Objetivos Específicos e seus Atributos

Ao elaborar a estrutura de cada unidade a SUPLAN manteve as informações referentes às metas alcançadas de 2012 a 2013 com o objetivo de facilitar a análise de 2014. Nas metas, que foram objeto de revisão, conforme Lei 5.440/2014, consta as seguintes expressões: “Nova redação”, “Meta incluída” ou “Meta excluída”, de acordo com texto final da meta.

Na tabela abaixo consta as situações em que cada expressão foi utilizada na estrutura:

Informação que consta na estrutura 2013, no campo “Metas previstas no PPA até 2015”	
- Nova redação	Quando o texto da meta anterior guarda semelhança com o texto atual, mas foi substituído, total ou parcialmente pelo novo texto proposto pela UO.
- Meta incluída	Para as novas metas incluídas e vigentes a partir de 2014, cujo texto foi incluído na atual estrutura.
- Meta excluída	Se a meta foi excluída do PPA, a partir de 2014, o texto referente a esta meta consta na estrutura de 2014, com a análise referente ao alcançado no período de 2012 a 2013.

Exemplo:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2014
3. Realizar 87,5% de coletas para análise da qualidade da água para consumo humano, em imóveis cadastrados no SAC (Sistema de Abastecimento Coletivo) e no SAA (Sistema de Abastecimento Alternativo), referente aos parâmetros microbiológicos, até 2015, com aumento de 2,5 pontos percentuais a cada ano. (Meta excluída conforme Lei de Revisão do PPA nº 5440/2014)	Meta alcançada. Em 2012, o resultado foi de 90,91%. Foram cadastrados no SISAGUA – Sistema de Informação do Programa VIGIAGUA/MS - 66 sistemas de abastecimento de água e 48 soluções alternativas coletivas de abastecimento, ambas de responsabilidade da Caesb; monitoraram-se parâmetros de qualidade da água para consumo humano em 1091 amostras. Visando a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, foram coletadas amostras de água para consumo humano em todos os hospitais públicos e nos hotéis do Plano Piloto. Reestruturou-se o monitoramento, com inspeções e coletas de amostras de água em 100% (41) dos postos de saúde rurais que e em 53% (92) das escolas rurais. Em 2013, meta alcançada com 107,8% (1.617 amostras coletadas). O número de amostras programadas para 2013 foi de 1.500 e o resultado foi de 1.617 amostras coletadas. Esse resultado foi decorrente dos aumentos do número de pontos de coleta trabalhados e do número de servidores de nível superior na realização dessa atividade de modo a atender o plano operacional de preparação para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.
4. Encerrar oportunamente 85% dos casos de Doenças de Notificação Compulsória Imediata – DNCI, encerrados até 60 dias após notificação. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5440/2014)	A meta alcançada foi de 95,50%, superando a meta desejada para 2012, em 13,51% o que representou um aumento real de 6,46%. Em 2013, meta alcançada, com 93,8%. As metas propostas para o quadriênio 2012-2015 basearam-se no resultado preliminar do ano de 2010 que era de 82,17%. Com a atualização do banco de dados, o resultado final foi de 85% e desde 2011 essa proporção tem se mantido acima disso. A disponibilidade de profissionais na área de vigilância epidemiológica tem sido fundamental para obtenção de melhores resultados.
5. Vacinar 95% das crianças menores de um ano com a vacina tetravalente/pentavalente de rotina do Calendário Básico de Vacinação	A cobertura vacinal tem sido um indicador que vem se superando ao longo dos anos. A meta desejada para 2012 foi de 95% e obteve o resultado de 99,80%, superando em 4,8% a proposta. Equivale dizer que a cobertura alcançou um percentual de 105,05% da população alvo.
28. Realizar 31% de coletas de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez. (Meta incluída conforme Lei 5440/2014)	

As informações da avaliação do PPA devem levar em conta o que ocorreu ao longo do período de sua vigência (2012-2015). Este é o terceiro ano de sua execução, portanto, as realizações dos exercícios de 2012 a 2013 (relacionadas aos resultados dos objetivos específicos, metas e indicadores), que foram objeto de revisão em 2014, mas que contribuíram para o alcance do objetivo específico podem ser mencionadas nos textos que serão apresentados nesta avaliação de 2014.

Exemplo:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

PROGRAMA TEMÁTICO:

6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

OBJETIVO GERAL: Garantir ao cidadão acesso ao sistema de saúde integral, humanizado e resolutivo, por meio de ações e serviços de promoção, prevenção, assistência e reabilitação.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – Atenção Primária em Saúde – Implementar a atenção primária em saúde no DF com ênfase na expansão e qualificação da Estratégia de Saúde da Família, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população com vista à promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - FSDF

Análise do Objetivo Específico (Resultados de 2014)

Orientações constam no **item 4.1** destas Instruções (texto a ser elaborado pela UO e limitado a 50 linhas por objetivo específico).

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2014
1. Atingir 75 % de cobertura populacional no DF com acesso a equipes de saúde da família em 2015	A meta para 2012 para cobertura populacional pela ESF era de 50% sendo alcançado 23,60%, o que corresponde a população beneficiária de 526.361 pessoas. A meta não foi atingida em razão das dificuldades administrativas ocorridas no período. Em 2013 meta não alcançada. A meta estabelecida para 2013 era alcançar uma cobertura de 60%, chegou-se apenas a 21,83%. Metas 2012/2014 - Orientações constam no item 4.2 destas Instruções (texto a ser elaborado pela UO em substituição e/ou complementação ao texto atual - limitado a 15 linhas por meta)
2. 80% dos recém-nascidos vivos de mães residentes no DF com cobertura de 7 ou mais consultas de pré-natal em 2015	De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de vigilância em Saúde (SVS), a cobertura em novembro de 2012 foi de 65,70%. A falta de implantação do teste rápido de gravidez em todas as unidades da rede, a dificuldade de deslocamento da gestante para as consultas de pré-natal, após busca ativa pelos Agentes Comunitários de Saúde, a inexistência de agendas semi-abertas para acolhimento das gestantes, inviabilizaram o atingimento da meta. Em 2013, a implantação da Rede Cegonha tende a melhorar os dados. Em 2013 a meta não foi alcançada. A meta estabelecida para ano era alcançar uma cobertura de 68,5%. Alcançou-se uma cobertura de 66%.
3. Alcançar 95% em investigação de óbitos maternos de residentes no DF em 2014	A meta pactuada em 2012 foi investigar 100% de óbitos maternos e 75% dos óbitos em MIF. Dos óbitos maternos ocorridos no DF, todos foram investigados, correspondendo ao alcance da meta pactuada em 100%. Dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF -766 mortes declarações de óbitos), 93,34% foram investigados, o que corresponde a superação da meta em 24,45%. Em 2013, meta alcançada. A meta estabelecida para o ano de 2013 era investigar 100% dos óbitos maternos. Ocorreram 21 Óbitos Maternos e 100% dos casos foram investigados
4. Reduzir o número absoluto de casos de sífilis congênita em 10% ao ano	A meta prevista para 2012 eram 72 casos de sífilis e houve aumento para 124, uma elevação indesejada de 72,22% dos casos. Houve o aumento de 1 caso em relação a 2011 (123 casos). Fatores associados ao recrudescimento da sífilis no DF, tais como falta de insumos para realização do VDRL e confirmatórios; fluxo ineficiente de resultados dos testes de detecção de sífilis entre a unidade laboratorial e os serviços da rede básica na maioria das regionais de saúde; limite do número de coleta de exames diários por parte dos laboratórios, sem a priorização das gestantes, em algumas regionais; precário processo de informatização, de infraestrutura e apoio logístico (impressora, papel e impressos) nos diferentes níveis no sistema de saúde prejudicaram

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2014
	a entrega de resultados em tempo hábil. Além disso, a baixa cobertura e incompletude das equipes da ESF contribuíram para a insuficiente detecção e efetiva resolução dos casos detectados. Dentre as ações realizadas para atuar na prevenção da sífilis congênita, destacam-se: as ações de mobilização para testagem de HIV, hepatites e sífilis realizadas entre os dias 24 de novembro a 10 de dezembro; programação das ações para a Semana Distrital de Prevenção às DST e Dia Mundial de Luta contra a AIDS; atividades em diversas Regionais de Saúde em parceria com o SAMU e Secretaria da Mulher e a reabertura do Centro de Testagem e Aconselhamento na Rodoviária do Plano Piloto. Em 2013 meta não alcançada. O número de casos de Sífilis Congênita em 2013 foi de 134 casos, enquanto que em 2012 foram 126. Assim constata-se um aumento de 6,35%
5. Reduzir as internações por complicações de diabetes mellitus para 5,8 por 10.000 habitantes do DF em 2015	O índice de internações hospitalares por complicações por Diabetes para o ano de 2012 ficou em 6,8 por 10.000 habitantes, demonstrando que a meta foi atingida em 2012. O indicador é decrescente, quanto menor a taxa de internação, melhor. Ao verificar a série histórica 2010 (7,3/10.000); 2011 7,0/10.000) e o resultado atual, a SES vem melhorando com a redução de internações por complicações de diabetes. Em 2013 meta não alcançada. A meta estabelecida para 2013 foi um índice de 6,4, mas chegou-se, ao final do período, com o índice de 7,4.
6. Ampliar a oferta de práticas integrativas em saúde - PIS para 80% das unidades básicas de saúde e equipes das ESF	Para 2012, a meta estabelecida foi de 50%. O resultado obtido ficou em 48,10%, devido à redução das ações de práticas integrativas na atenção primária e ESF no terceiro quadrimestre, em detrimento de outras atividades. Meta não alcançada. A meta estabelecida para o ano de 2013 foi a oferta de PIS em 60% das UBS, fechou-se o período com a oferta em 50% das unidades.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Campo 7

Orientações constam no **item 4.3** das Instruções (O quadro e as justificativas abaixo **não podem ser alterados**).

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1072 Proporção da População Cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	%	13,24	31/03/11	Anual	Desejado	50	58	66	75	SIAB
					Alcançado	23,60	25,58	24,19	-	
1073 Taxa de mortalidade infantil	%	11,97	31/12/11	Anual	Desejado	11,60	11,4	11,2	11	SIM
					Alcançado	11,64	12,7	11,20	-	
1074 Taxa de mortalidade neonatal	%	8,62	31/12/11	Anual	Desejado	8,29	8,19	8,09	8	SIM
					Alcançado	8,51	9,1	8,5	-	
1075 Taxa de mortalidade pós-neonatal	%	3,34	31/12/11	Anual	Desejado	3,31	3,21	3,11	3	SIM
					Alcançado	3,13	3,6	2,80	-	
1076 Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	%	64,73	31/12/11	Semestral	Desejado	70	75	68,50	80	SINASC
					Alcançado	65,7	66,13	68,64	-	
1077 Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil e maternos investigados	%	83	31/12/11	Trimestral	Desejado	85	90	-	-	SIM
					Alcançado	93,34	73,68	-	-	
1078 Número de novos casos de sífilis congênita	Unidade	117	31/12/11	Semestral	Desejado	72	65	59	53	SINAN
					Alcançado	124	132	178	-	
1079 Taxa de Internações por Diabetes Mellitus e Suas Complicações	% / 10.000	7	31/03/11	Trimestral	Desejado	6,8	6,4	6,1	5,8	PECD/SAPS/SES
					Alcançado	6,8	7,4	8,45	-	
1081 Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	%	14,4	31/12/11	Anual	Desejado	60	68	76	86	CNES
					Alcançado	52,20	49,79	68,36	-	
1082 Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada	%	0,11	31/12/11	Anual	Desejado	0,2	0,3	0,4	0,5	SIA / IBGE
					Alcançado	0,12	0,22	0,32	-	
1083 Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	%	3,62	31/12/11	Anual	Desejado	9	28	35	42	SIAB / IBGE
					Alcançado	28,19	28,19	27,42	-	
1084 Proporção de Óbitos infantis e fetais investigados	%	50,69	31/12/11	Anual	Desejado	50	53	56	60	SIM
					Alcançado	84	74	80,60	-	
1085 Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conj. das quatro principais	% / 100.000	1,9	31/12/10	Anual	Desejado	2	2	2	2	SIM

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
doenças crônicas não transmissíveis- DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)					Alcançado	2	-4,4	3,8	-	
1086 Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária	%	0,12	31/12/11	Anual	Desejado	0,12	0,12	0,12	0,12	SIA / IBGE
					Alcançado	0,11	0,38	0,31	-	
1087 Proporção de unidades de atenção primária e esf ofertando pelo menos uma prática integrativa em saúde-PIS	%	45	31/12/11	Anual	Desejado	50	60	70	80	GERPIS/ DCVPIS
					Alcançado	48,1	48	58	-	
1301 Cobertura de acompanhamento das condicionantes de saúde do Programa Saúde da Família	%	10,56	31/12/11	Anual	Desejado	30	40	50	70	SGPBF na Saúde
					Alcançado	30	26,32	-	-	

NOTA: Taxa de incidência de sífilis congênita Numerador: número de casos novos de AIDS em menores de cinco anos de idade em determinado ano de diagnóstico e local de residência. Denominador: população de menores de cinco anos de idade residente no mesmo local x 100.000, o resultado dá em número absoluto.

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA/2013

Orientações constam no item 4.3 das Instruções (O quadro e as justificativas abaixo não podem ser alterados)

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1073 Taxa de mortalidade infantil	%	11,97	31/12/11	Anual	Desejado	11,60	11,4	11,2	11	SIM
					Alcançado	11,64	12,8	-	-	
1074 Taxa de mortalidade neonatal	%	8,62	31/12/11	Anual	Desejado	8,29	8,19	8,09	8	SIM
					Alcançado	8,51	9,2	-	-	
1077 Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil e maternos investigados	%	83	31/12/11	Trimestral	Desejado	85	90	95	95	SIM
					Alcançado	93,34	93,54	-	-	
1078 Número de novos casos de sífilis congênita	Unidade	117	31/12/11	Semestral	Desejado	72	65	59	53	SINAN
					Alcançado	124	145			
1081 Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	%	14,4	31/12/11	Anual	Desejado	60	68	76	86	CNES
					Alcançado	52,20	50,54	-	-	
1082 Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada	%	0,11	31/12/11	Anual	Desejado	0,2	0,3	0,4	0,5	SIA / IBGE
					Alcançado	0,12	0,41	-	-	
1085 Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conj. das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis- DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	% / 100.000	1,9	31/12/10	Anual	Desejado	2	2	2	2	SIM
					Alcançado	2	3,9	-	-	
1086 Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária	%	0,12	31/12/11	Anual	Desejado	0,12	0,12	0,12	0,12	SIA/IBGE
					Alcançado	0,11	0,41	-	-	
1301 Cobertura de acompanhamento das condicionantes de saúde do Programa Saúde da Família	%	10,56	31/12/11	Anual	Desejado	30	40	50	70	SGPBFs
					Alcançado	30	32,60	-	-	

Justificativas 2014

1072 - Dados de jan a dez. A variação de 41,81 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 36,65% de alcance da meta, ficando abaixo 63,35% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013,

houve redução de 5,43 %. As dificuldades como: infraestrutura (reformas, ampliações), morosidade nas licitações, nr. insuficiente de engenheiros e arquitetos, nr. insuficiente de ag.comun., alta rotatividade de profissionais, em especial, médicos, foram fatores do não alcance da meta.

1073 -Dados de jan a julho. Dados sujeitos a alteração. O resultado apurado até o momento refere-se ao primeiro semestre de 2014 (jan-jul). Houve falhas de acesso à rede de saúde, devido à mudança do local de funcionamento da SVS/SES. Desta forma, dados referentes ao segundo semestre no Sistema de Mortalidade - SIM/DATASUS/MS não foram concluídos. Por essa razão torna-se inviável fazer avaliação, uma vez que este indicador é anual.

1074 - Dados de jan a julho. O resultado apurado até o momento refere-se ao primeiro semestre de 2014 (jan-jul). Houve falhas de acesso à rede de saúde, devido à mudança do local de funcionamento da SVS/SES. Desta forma, dados referentes ao segundo semestre no Sistema de Mortalidade - SIM/DATASUS/MS não foram concluídos. Este indicador somado ao pós-neonatal dão a taxa de mortalidade.

1075 - Dados de jan a julho. O resultado apurado até o momento refere-se ao primeiro semestre de 2014 (jan-jul). Houve falhas de acesso à rede de saúde, devido à mudança do local de funcionamento da SVS/SES. Desta forma, dados referentes ao segundo semestre no Sistema de Mortalidade - SIM/DATASUS/MS não foram concluídos. Este indicador somado ao neonatal resulta na taxa de mortalidade.

1076 - Dados de jan a dez. Dados sujeitos a alteração. A variação de 0,14 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 100,20% de alcance da meta, ficando superada em 0,20% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 3,80% na proporção.

1077 - Ver códigos 1356 e 1357 dos anos Indicador de 2014 e 2015.

1078 - Dados de jan a dez. Dados sujeitos à alteração, em razão do mês de dezembro está em processamento. A variação de 119 notificações entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 301,69%. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. Desta forma ficou 201,69% na direção indesejada da meta pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve aumento nos casos de sífilis de 34,85%. Com a implantação da Rede Cegonha está havendo maior captação de casos e menos subregistros.

1079 -Dados de jan a dez. A variação de 2,35 pontos percentuais, representa uma proporção de 138,52%, um aumento indesejável de 38,52% na taxa de internação. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A taxa de internação por complicações do diabetes tem aumentado a cada ano devido ao aumento na expectativa de vida da população brasileira. Ao comparar com o ano de 2013 houve um aumento de 14,19% nas internações.

1081 - Dados de jan a dez. Meta revisada em 2014 para 66%. A variação de 2,36 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 103,57% de alcance da meta, ficando superada em 3,57% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 37,30% na cobertura. O MS só considera as equipes consistidas, ou seja, completas onde tenha médicos em todas as equipes. As que não possuem este profissional são inconsistentes. Só podem ser consideradas as equipes completas.

1082 - Dados de jan a dez. A variação de 0,08 entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 80% de alcance da meta, ficando abaixo 20% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 45,45%. Houve repactuação da meta em 0,10 para 2014. Em razão do período da campanha eleitoral, houve proibição de distribuição dos kits de higiene bucal, prejudicando o alcance da meta.

1083 - Dados de jan a dez. A variação de 7,58 entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 78,34% de alcance da meta, ficando abaixo 21,66% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve redução de 2,73%, devido as aposentadorias. Houve concurso público com previsão de contratação para 2015. O aumento da cobertura depende de capital humano, credenciamento e habilitação pelo Ministério da Saúde.

1084 - Dados de jan a dez. Dados sujeitos à alteração. As investigações de óbitos são concluídas nos primeiros 120 dias de 2015. Meta de 2014 foi alterada para 65%. A variação de 15,50 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 124% de alcance da meta, ficando superada em 24% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 8,92%. A conclusão será em 30/04/2015. O DF tem superado a meta nacional que é 45%,

1085 - A taxa de mortalidade prematura no DF tem apresentado uma redução gradativa no decorrer dos últimos 04 anos, em 2013 a redução observada foi de 3,8% em relação ao ano anterior (dados sujeitos a modificação visto que o Ministério da Saúde ainda não oficializou o fechamento do banco de dados).

1086 - Dados de jan a dez. A variação de 0,19 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 258,33% de alcance da meta, ficando superada em 158,33% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve uma redução de 18,42% nos exames realizados nas mulheres na faixa etária de risco e residentes no DF.

1087 - Dados de jan a dez. A variação de 12 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 82,86% de alcance da meta, ficando abaixo 17,14% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 20,83%. As dificuldades encontradas foram: remoções, aposentadorias, aliada aos problemas para implantação do serviço pelos profissionais capacitados, ligados à gestão local, processo de trabalho e priorização.

1301 - Dados de jan a dez. Dados sujeitos a alteração. Resultado da primeira vigência de 2014. A variação de 13,40 pontos percentuais entre o desejado e alcançado, representa uma proporção de 73,20% de alcance da meta pactuada, ficando abaixo 26,80% da pactuada. O fechamento do indicador se dá com o resultado da segunda vigência que é concluída pelo Ministério da Saúde no final de fevereiro de 2015.

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA/2014

Campo 8

Orientações constam no **item 4.3** das Instruções (O quadro abaixo deverá ser utilizado para as alterações dos índices. Somente o índice alcançado em 2014 poderá ser alterados).

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
					Desejado					
					Alcançado					
					Desejado					
					Alcançado					

Justificativa 2014:
Indicador XXX –

Exemplo para o caso de necessidade de ajustes:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação	
						2012	2013	2014	2015		
1076	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	%	64,73	31/12/11	Semestral	Desejado	70	75	68,50	80	SINASC
					Alcançado	65,7	66,13	68,18	-		

Indicador 1076 - A variação de 0,68 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado, representa uma proporção de 100,99% de alcance da meta, ficando superada em 1% da pactuada. Ao comparar com o ano de 2013, houve um aumento de 4,61%. Este indicador mede a cobertura do atendimento pré-natal identificando situações de desigualdades e tendências que demandam ações e estudos específicos. Contribui para a análise das condições de acesso da assistência pré-natal e qualidade em associação com outros indicadores, tais como a mortalidade materna e infantil e o número de casos de sífilis congênita. Tem como objetivo organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir o acesso, acolhimento e resolutividade.

Objetivo Específico: 002 – Assistência Especializada em Saúde - Proporcionar assistência especializada organizando fluxos e adequando a rede com a finalidade de promover o acesso integral aos serviços hospitalares e ambulatoriais no âmbito do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

Análise do Objetivo Específico

Proceder da mesma forma para todos os objetivos específicos, metas e indicadores da Unidade.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Campo 9

O documento no texto impresso deverá **ser rubricado em todas as páginas** e assinado na última pelo titular da unidade, pelos responsáveis pela elaboração e pelo agente de planejamento.

Nome do Titular da Unidade: _____ Telefone: _____	_____ Assinatura:
Nome do responsável pela elaboração: _____ Telefone: _____ e-mail: _____	_____ Assinatura:
Nome do Agente de Planejamento: _____ Telefone: _____ e-mail: _____	_____ Assinatura:

Instruções:

1. Para padronização do relatório de governo, o relatório de cada unidade deverá permanecer na forma horizontal, Fonte Calibri, nos tamanhos e espaçamentos definidos ao longo dessa estrutura, mantendo-se o espaçamento das margens: direita, esquerda e superior: 2,5 e margem inferior: 2,0 cm;
2. Os campos 1 – Programa Temático; 2 – Objetivo Geral; 3 - Objetivo específico e 4 - Unidade Responsável – estão preenchidos pela SUPLAN e **não podem ser alterados, visto que foram aprovados em Lei e somente por meio de Lei de Revisão do PPA podem ser revistos/modificados;**
3. Campo 5 - Análise do Objetivo Específico. Orientações no item 4.1 das Instruções.
4. Campo 6 – Metas alcançadas até 2013. Orientações no item 4.2 das Instruções.
5. Campo 7 – Apuração dos índices alcançados pelos indicadores. Orientações no item 4.3 das Instruções.
6. Campo 8 - Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA/2014. Orientações no item 4.3 das Instruções.

7. Campo 9 - Dos responsáveis pelas informações – Preenchimento, rubrica e assinatura obrigatórios.

6. Encaminhamentos

Prazos

As informações deverão ser encaminhadas à SEPLAN **até o dia 15 de maio de 2015, IMPRETERIVELMENTE.**

Forma

A Avaliação da Unidade deverá ser encaminhada pelos Secretários e/ou dirigentes (Titulares) da seguinte forma: uma via impressa e assinada para o seguinte endereço: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, sala 1013 e outra para o endereço eletrônico: [<suplan@seplag.df.gov.br>](mailto:suplan@seplag.df.gov.br).

Observação: Estas Instruções, o Plano Plurianual com respectivos programas, contextualizações, objetivos e seus atributos estão disponíveis para consulta no site da SEPLAG [<www.seplag.df.gov.br>](http://www.seplag.df.gov.br), Planejamento e Orçamento, Planejamento Governamental, PPA, PPA 2012-2015, Avaliação do PPA.

7. Análise das Informações pela SUPLAN

As informações encaminhadas serão analisadas e consolidadas em um único documento pela Subsecretaria de Planejamento Governamental e refletirão os resultados da implementação das políticas públicas do Governo do Distrito Federal no exercício de 2014.

Objetivando melhorar a qualidade das informações e cumprir os prazos legais de encaminhamento dos relatórios aos Órgãos de Controle, sugere-se aos servidores responsáveis pelas informações que se reúnam com os setores responsáveis pelo desenvolvimento das ações dos programas no sentido de prestarem as informações em consonância com estas Instruções e com os demais instrumentos de planejamento e orçamento.

8. Informações Complementares

8.1. Fundamentação Legal

Lei 4.742/ 2011 - Do Monitoramento e Avaliação do Plano

Art. 8º O Poder Executivo deve encaminhar anualmente à Câmara Legislativa do Distrito Federal a avaliação de desempenho do Plano Plurianual 2012-2015, constituída de duas etapas distintas: *(Artigo com a redação da Lei nº 5.023, de 2013.)*

I – a primeira etapa, a ser encaminhada até o dia 15 de abril do exercício subsequente, deve conter demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira do exercício anterior dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais;

II – a segunda etapa, a ser encaminhada até 31 de agosto do exercício subsequente, deve conter uma avaliação dos objetivos específicos e um demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto.

Parágrafo único. Os objetivos específicos são avaliados anualmente, por ocasião da segunda etapa da avaliação, com base na realização física e financeira das ações orçamentárias e realização ou implementação das ações não orçamentárias, tendo como parâmetro o alcance dos indicadores.

Art. 9º As Unidades Orçamentárias aferirão os índices alcançados pelos indicadores dos Objetivos Específicos sob sua responsabilidade e encaminharão, ao Órgão Central de Planejamento e Orçamento de Nível Estratégico do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Distrito Federal, até o dia 30 de junho do exercício subsequente, os resultados obtidos e as informações a eles pertinentes, a execução física e financeira das ações orçamentárias e a realização ou implementação das ações não-orçamentárias referentes aos respectivos Objetivos Específicos.

§ 1º As Unidades Orçamentárias que não apresentarem as informações e/ou dados referidos no caput do presente artigo estarão sujeitas a restrições orçamentárias.

§ 2º As Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos, nos termos do Anexo II desta Lei, do § 1º deste artigo, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, as informações referentes à execução física e financeira das ações orçamentárias e realização ou implementação das ações não-orçamentárias dos respectivos Objetivos Específicos.

Art. 10. Caberá ao Órgão Central de Planejamento e Orçamento, referido no art. 9º desta Lei, definir diretrizes e orientações técnicas para o monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2012-2015.

8.2. TABELAS

Tabela 1 - Programas, Objetivos Específicos e Unidades Responsáveis

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
0150 - Brasília Sustentável	1	21.206 - ADASA	21.206 - ADASA
	2	21.206 - ADASA	32.101 - SEPLAG
6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	1	14101-SEAGRI/ 14203-EMATER	14.101-SEAGRI / 14.203-EMATER
	2	14101-SEAGRI/ 14203-EMATER	14.101-SEAGRI/ 14.203-EMATER
	3	14101-SEAGRI/ 14203-EMATER	14.101-SEAGRI/ 14.203-EMATER
	4	14101-SEAGRI	14.101-SEAGRI
	5	14101-SEAGRI	14.101-SEAGRI
	6	14.202-CEASA	14.202-CEASA
6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	1	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	2	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	3	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	4	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	5	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	6	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	7	23.901-FSDF	23.901-FSDF
	8	23.202- FHB	23.202- FHB
6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	1	32.101- SEPLAN	32.101- SEPLAG
	2	19.101-SEF	19.101-SEF – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DF
	3	45.101- STC	45.101- CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
	4	32.201- CODEPLAN	32.201- CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF
	5	21.206 - ADASA	21.206 - ADASA
	6	49.201- AGEFIS	09.201- AGEFIS - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DF
	7	49.101 - SEOPS	24.101 – SSP
	8	13.101 - SEAP	13.101 – SEGAD

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
	9	17.101 - SEDEST	17.101 – SEDHS
	10	11.134 - ARPDP	09.102 – ARPDP
	11	13.202- INAS	13.202- INAS
	12	OE NOVO	09.101 – CASA CIVIL
6204 - Atuação Legislativa	1	01.101- CLDF	01.101- CLDF
6205 – Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	1	40.101 - SECTI	40.101 – SECTI
	2	40.101 - SECTI	40.101 – SECTI
	3	40.101 - SECTI	40.101 – SECTI
	4	40.101 - SECTI	40.101 – SECTI
	5	40.201 - FAP	40.201 – FAP
6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos	1	34101- SESP/ 34902-FAE	34.101- SESP/ 34.902-FAE
	2	34101- SESP/ 34902-FAE	34.101- SESP/ 34.902-FAE
	3	34101- SESP	34.101- SESP
	4	SECOPA	27.101 – SETUR
6207 - Desenvolvimento Econômico	1	20.101 - SDE	20.101 – SEDS
	2	53.101 - SMPES	20.101 – SEDS
6208 - Desenvolvimento Urbano	1	28.101 - SEDHAB	28.101 – SEGETH
	2	28.101 - SEDHAB	28.101 - SEGETH
	3	28.101 - SEDHAB	28.101 - SEGETH
	4	28.201 - TERRACAP	20.201 – TERRACAP
	5	28.201 - TERRACAP	20.201 - TERRACAP
	6	22.101- SO	22.101- SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
6209 - Energia	1	22.210 - CEB GÁS	22.210 - CEB GÁS
	2	22.211- CEB DIST.	22.211- CEB DIST.
6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1	21.101 - SEMARH	21.101 – SEMA
	2	21.101 - SEMARH	21.101 - SEMA
	3	21.901- FUNAM	21.901- FUNAM

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
	4	21.106-JBB	21.106-JBB
	5	21.106-JBB	21.106-JBB
	6	21.206 - ADASA	21.206 - ADASA
	7	21.206 - ADASA	21.206 - ADASA
	8	21.207-FJZB	21.207-FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA
	9	21.208 -IBRAM	21.208 –IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF
	10	21.208 -IBRAM	21.208 -IBRAM
	11	21.208 -IBRAM	21.208 -IBRAM
	12	21.208 -IBRAM	21.208 -IBRAM
6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	1	17101- SEDEST/ 17902-FAS	17.101- SEDHS / 17.902-FAS
	2	17.902-FAS	17.902-FAS
	3	17.902-FAS	17.902-FAS
	4	21.106- JBB	21.106- JBB
6212 - Resíduos Sólidos	1	21.203- SLU	22.214 - SLU
6213 - Saneamento	1	22.202- CAESB	22.202- CAESB
	2	22.202-CAESB	22.202-CAESB
6214 - Trabalho, Emprego e Renda	1	25.101-SETRAB	25.101-SETRAB
	2	25.101- SETRAB	25.101- SETRAB
	3	25.902-FUNGER	25.902-FUNGER
6215 - Trânsito Seguro	1	24.201-DETRAN	24.201-DETRAN
6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	1	26.101-ST	26.101- SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
	2	26.206-METRÔ	26.206-METRÔ
	3	26.101- ST	26.101- SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
	4	26.205- DER	26.205- DER
	5	26.204-DFTRANS	26.204-DFTRANS
	6	26.101- ST	26.101- SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
	7	26.101- ST	26.101- SECRETARIA DE ESTADO DE

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
			MOBILIDADE
6217 - Segurança Pública	1	24.101- SSP	24.101- SSP
	2	24.101- SSP	24.101- SSP
	3	24.101- SSP / 24908- FUNPDF	24.101- SSP / 44.907- FUNPDF
	4	24103- PMDF/ 24904- FUNPMDF	24.103- PMDF/ 24.904- FUNPMDF
	5	24103- PMDF/ 24904- FUNPMDF	24.103- PMDF/ 24.904- FUNPMDF
	6	24.103-PMDF	24.103-PMDF
	7	24104- CBMDF/ 24905- FUNCBMDF	24.104- CBMDF / 24.905-FUNCBMDF
	8	24105-PCDF/ 24906-FUNPCDF	24.105-PCDF / 24.906-FUNPCDF
	9	24202-FUNAP/ 24908-FUNPDF	44.201-FUNAP / 44.907 -FUNPDF
6218 - Habitação	1	28.101 - SEDHAB	28.101 - SEGETH
	2	28.209 - CODHAB	28.209 – CODHAB
6219 - Cultura	1	16.101- SECULT	16.101- SECULT
	2	16.101- SECULT	16.101- SECULT
	3	16.101- SECULT / 16903- FAC	16.101- SECULT / 16.903- FAC
	4	11.134 - ARPDF	09.102 - ARPDF
6220 – (EP) Educação Superior	1	13.101 - SEAP	13.101 - SEGAD
	2	13.101 - SEAP	13.101 - SEGAD
	3	18.101- SE	23.203-FEPECS
	4	23.203-FEPECS	23.203-FEPECS
	5	23.203-FEPECS	18.202 – FUNAB
6221 - Educação Básica	1	18.101- SE / 18.903-FUNDEB	18.101- SE / 18.903-FUNDEB
	2	18.101- SE /	18.101- SE /

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
		18.903-FUNDEB	18.903-FUNDEB
	3	18.101- SE / 18.903-FUNDEB	18.101- SE / 18.903-FUNDEB
	4	18.101- SE	18.101- SE
	5	18.101- SE / 18.903-FUNDEB	18.101- SE / 18.903-FUNDEB
	6	18.101- SE	18.101- SE
	7	18.101- SE	18.101- SE
	8	18.101- SE / 18.903-FUNDEB	18.101- SE / 18.903-FUNDEB
6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	1	44.101-SEJUS/ 09.904-FAAI/ 44.906-FUNDAP	44.101-SEJUS - / 57.901 – FAAI / 44.906-FUNDAP
	2	44.101- SEJUS/ 44.902- FDDC	44.101- SEJUS/ 44.902- FDDC
6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude	1	51.101- SECRIANÇA	51.101- SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE
	2	51.101- SECRIANÇA	51.101- SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE
	3	51.101- SECRIANÇA	51.101- SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE
	4	11.101 - SEG/COORJUV	51.101- SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE
6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	1	48101-DPDF/ 48901 – PROJUR	48.101-DPDF / 48.901 – PROJUR
6225 - Regularização Fundiária	1	28.101 – SEDHAB/ 55.101-SEC REG COND	28.101 – SEGETH
	2	28.209-CODHAB	28.209-CODHAB
	3	28.201 - TERRACAP	20.201 - TERRACAP
	4	28.201 - TERRACAP	20.201 - TERRACAP
	5	14.101- SEAGRI	14.101- SEAGRI

PROGRAMA TEMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	UNIDADE RESPONSÁVEL	UNIDADE RESPONSÁVEL – NOVA ESTRUTURA 2015
6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres	1	52.101-SEDEC	24.101 – SSP
	2	52.101-SEDEC	24.101 – SSP
6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	1	17.101 - SEDEST	17.101 - SEDHS
	2	17.101 – SEDEST/ 17.906 –Fundo Comb. Errad.à Pobreza	17.101 – SEDHS / 17.906 –FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO À POBREZA DO DF
6228 - Transferência de Renda	1	17.101 – SEDEST/ 17.906 - Fundo Comb. Errad.à Pobreza	17.101 – SEDHS / 17.906 –FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO À POBREZA DO DF
	2	56.102-CIAS	25.101 – SETRAB
6229 - Emancipação das Mulheres	1	57.101 - SEC MULHER	57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
	2	57.101 - SEC MULHER	57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS
6230 - Turismo	1	27.101-SETUR	27.101-SETUR

* Indicam os Objetivos específicos que estão sob responsabilidade de mais de uma Unidade.

Tabela 2 - Objetivos Específicos por Programa e Unidade Responsável

UO RESPONSÁVEL	PROGRAMA	OBJETIVO ESPECÍFICO
01.101-CLDF	6204 - Atuação Legislativa	1
09.101 – CASA CIVIL	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	12
09.102 - ARPDF	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	10
	6219 – Cultura	4
09.201- AGEFIS	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	6
13.101-SEGAD	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	8
	6220 – (EP) Educação Superior	1,2
13.202- INAS	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	11
14.101-SEAGRI	6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	1*,2*,3*
		4,5
	6225 - Regularização Fundiária	5
14.202 - CEASA	6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	6
14.203 - EMATER	6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	1*,2*,3*
16.101- SECULT	6219 - Cultura	1,2
		3*
16.903 - FAC	6219 - Cultura	3*
17.101-SEDHS	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	9
	6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	1*
	6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	1
	6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	2*
	6228 - Transferência de Renda	1*
17.902- FAS	6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	1*
		2,3
17.906 - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO À POBREZA	6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	2*
	6228 - Transferência de Renda	1*
18.101- SE	6221 - Educação Básica	1*,2*,3*,5*,8*
		4,6,7
18.202 - FUNAB	6220 – (EP) Educação Superior	5

UO RESPONSÁVEL	PROGRAMA	OBJETIVO ESPECÍFICO
18.903- FUNDEB	6221 - Educação Básica	1*,2*,3*,5*,8*
19.101- SEF	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	2
20.101- SEDS	6207 - Desenvolvimento Econômico	1, 2
20.201 - TERRACAP	6208 - Desenvolvimento Urbano	4,5
	6225 - Regularização Fundiária	3,4
21.101- SEMA	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1,2
21.106- JBB	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	4,5
	6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	4
21.206- ADASA	0150 - Brasília Sustentável	1
	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	5
	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	6,7
21.207- FJZB	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	8
21.208- IBRAM	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	9,10,11,12
21.901- FUNAM	6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	3
22.101- SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	6208 - Desenvolvimento Urbano	6
22.202- CAESB	6213 - Saneamento	1,2
22.210- CEB GÁS	6209 - Energia	1
22.211- CEB DISTRIBUIÇÃO	6209 - Energia	2
22.214- SLU	6212 - Resíduos Sólidos	1
23.202- FHB	6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	8
23.203- FEPECS	6220 – (EP) Educação Superior	3, 4
23.901- SES/FSDF	6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	1,2,3,4,5,6,7
24.101-SSP	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	7
	6217 - Segurança Pública	1,2
		3*
	6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres	1, 2
24.103- PMDF	6217 - Segurança Pública	4*,5*
		6

UO RESPONSÁVEL	PROGRAMA	OBJETIVO ESPECÍFICO
24.104- CBMDF	6217 - Segurança Pública	7*
24.105- PCDF	6217 - Segurança Pública	8*
24.201- DETRAN	6215 - Trânsito Seguro	1
24.904- FMRPMDF	6217 - Segurança Pública	4*,5*
24.905 - FMRCBMDF	6217 - Segurança Pública	7*
24.906- FMRPCDF	6217 - Segurança Pública	8*
25.101- SETRAB	6214 - Trabalho, Emprego e Renda	1,2
	6228 – Transferência de Renda	2
25.902- FUNGER	6214 - Trabalho, Emprego e Renda	3
26.101- SECRETARIA DE MOBILIDADE	6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	1,3,6,7
26.204- DFTRANS	6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	5
26.205- DER	6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	4
26.206- METRÔ	6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	2
27.101- SETUR	6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos	4
	6230 - Turismo	1
28.101 - SEGETH	6208 - Desenvolvimento Urbano	1,2,3
	6218 – Habitação	1
	6225 - Regularização Fundiária	1
28.209- CODHAB	6218 – Habitação	2
	6225 - Regularização Fundiária	2
32.101- SEPLAG	0150 – Brasília Sustentável	2
	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	1
32.201- CODEPLAN	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	4
34.101- SESP	6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos	1*,2*
		3
34.902- FAE	6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos	1*,2*
40.101- SECTI	6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	1,2,3,4
40.201- FAP	6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	5
44.101- SEJUS	6222 - Promoção Dos Direitos Humanos e da Cidadania	1*, 2*

UO RESPONSÁVEL	PROGRAMA	OBJETIVO ESPECÍFICO
44.201- FUNAP	6217 - Segurança Pública	9*
44.902- FDDC	6222 - Promoção Dos Direitos Humanos e da Cidadania	2*
44.906- FUNPAD	6222 - Promoção Dos Direitos Humanos e da Cidadania	1*
44.907- FUNPDF	6217 - Segurança Pública	3*, 9*
45.101- CONTROLADORIA GERAL DO DF	6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	3
48.101- DPDF	6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	1*
48.901- PROJUR	6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	1*
51.101- SECRIANÇA	6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude	1,2,3, 4
57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS	6229 - Emancipação das Mulheres	1,2
57.901- FAAI	6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	1*

* Indicam os Objetivos específicos que estão sob responsabilidade de mais de uma Unidade.